

RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
ANA FRAZÃO
Coordenadores

COMPLIANCE

Perspectivas e desafios dos programas de conformidade

Prefácio
Luis Roberto Barroso



FÓRUM

Coordenadores
Ricardo Villas Bôas Cueva
Ana Frazão

COMPLIANCE

Perspectivas e desafios dos programas de conformidade

Prefácio
Luis Roberto Barroso

Área específica
DIREITO ECONÔMICO.

Áreas afins
ECONOMIA. ADMINISTRAÇÃO.
GOVERNANÇA CORPORATIVA.

O objetivo do livro é oferecer uma visão sistematizada do *compliance*, que concilie sofisticação teórica com preocupações práticas.

Na primeira parte, tem-se um tratamento mais introdutório e geral da matéria, com artigos sobre a origem e a evolução histórica do *compliance*, as suas funções, finalidades e requisitos. Na segunda parte, o livro reúne artigos com propósitos mais específicos, que exploram a questão sob a ótica dos diferentes atores envolvidos no processo, as distintas teorias que embasam ou dialogam com o *compliance* e suas várias perspectivas de aplicação. Por fim, na última parte, são abordadas as especificidades do *compliance* em múltiplos setores.

Apesar de diferentes enfoques e abordagens, a obra mantém em seu conjunto a característica de harmonizar o viés descritivo com o viés crítico, oferecendo eixo comum de reflexões que poderá ajudar a compreensão das necessidades específicas de cada empresa..

Público-alvo/consumidores
ADVOGADOS, ECONOMISTAS,
ADMINISTRADORES E ESTUDANTES
DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
NAS RESPECTIVAS ÁREAS.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 10001489

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

C736 Compliance: perspectivas e desafios dos programas de conformidade / Ricardo Villas Bôas Cueva, Ana Frazão (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2018.

527p.; 14,5cm x 21,5cm

ISBN: 978-85-450-0564-3

1. Direito Econômico. 2. Economia. 3. Governança Corporativa. I. Cueva, Ricardo Villas Bôas. II. Frazão, Ana. III. Título.

CDD 341.3772
CDU 346

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CUEVA, Ricardo Villas Bôas; FRAZÃO, Ana (Coord.). *Compliance: perspectivas e desafios dos programas de conformidade*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 527p. ISBN 978-85-450-0564-3.

Ricardo Villas Bôas Cueva é Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito (LL.M.), pela *Harvard Law School* (EUA). Doutor em Direito, pela Universidade de Frankfurt, na Alemanha. Foi advogado militante, Procurador do Estado de São Paulo, Procurador da Fazenda Nacional e Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Ana Frazão é Advogada e professora de Direito Civil e Comercial da Universidade de Brasília (UnB). Ex-Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) (2012-2015). Ex-diretora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (2009-2012). Graduada em Direito pela UnB. Especialista em Direito Econômico e Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mestre em Direito e Estado pela UnB e Doutora em Direito Comercial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Líder do Grupo de Estudos Constituição, Empresa e Mercado (GECEM).

PREFÁCIO: <i>COMPLIANCE</i> E A REFUNDAÇÃO DO BRASIL	
Luís Roberto Barroso	15
I Introdução	15
II O quadro brasileiro atual	16
III Conteúdo e importância de <i>compliance</i>	19
APRESENTAÇÃO	
Ricardo Villas Boas Cueva, Ana Frazão	23
PARTE I	
ASPECTOS INTRODUTÓRIOS	
ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO <i>COMPLIANCE</i> NO DIREITO BRASILEIRO	
Milena Donato Oliva, Rodrigo da Guia Silva	29
1 Introdução: o desenvolvimento recente do <i>compliance</i> no Brasil	29
2 O tratamento do <i>compliance</i> pelo direito positivo	30
2.1 Alguns exemplos	34
3 Vantagens do <i>compliance</i> e seu importante papel na prevenção e reparação de infrações à ordem jurídica	40
4 A relevância dos programas de <i>compliance</i> no âmbito da responsabilização administrativa das pessoas jurídicas: conjugação da função repressiva com a função promocional do direito	42
5 Síntese conclusiva	48
Referências	49
FUNÇÕES E FINALIDADES DOS PROGRAMAS DE <i>COMPLIANCE</i>	
Ricardo Villas Bôas Cueva	53
1 Introdução	53
2 Conceito e alcance dos programas de <i>compliance</i>	53
3 Funções dos programas de <i>compliance</i>	57
3.1 A função protetiva	58
4 Perigos e desafios dos programas de <i>compliance</i>	61
5 Finalidades dos programas de <i>compliance</i>	63
5.1 <i>Compliance</i> criminal	64
5.2 <i>Compliance</i> antitruste	65
5.3 <i>Compliance</i> anticorrupção	66
5.4 <i>Compliance</i> na proteção de dados pessoais	67
6 Considerações finais	69
DESAFIOS PARA A EFETIVIDADE DOS PROGRAMAS DE <i>COMPLIANCE</i>	
Ana Frazão, Ana Rafaela Martinez Medeiros	71
1 Introdução	71
2 A delicada relação entre autorregulação e heterorregulação: a valorização da autonomia privada a partir dos devidos incentivos	74
3 O problema dos custos dos programas de <i>compliance</i> e a necessária adequação diante do tamanho e das características de cada empresa	80
4 A influência do <i>shareholder value</i> no <i>compliance</i> e necessidade de criar uma cultura empresarial de respeito à ética e à legislação	82
5 A necessidade de diferenciar programas de fachada de programas efetivos	90
6 As diretrizes gerais de um programa de <i>compliance</i> efetivo	92
6.1 Avaliação dos riscos	95
6.2 Código de Ética e Conduta	97
6.3 Organização compatível com o risco da atividade	98
6.4 Comprometimento da alta administração	98
6.5 Autonomia e independência do setor responsável pela supervisão do programa de <i>compliance</i>	99

6.6	Cultura corporativa de <i>compliance</i>	100
6.7	Monitoramento contínuo e atualização	101
6.8	Treinamento	101
6.9	Canais de comunicação	101
7	Considerações finais.....	102

OS REQUISITOS DE UM BOM PROGRAMA DE COMPLIANCE

Ricardo Simonsen	105
Programas de integridade	106
Mudança cultural.....	108
Qual é o papel do <i>compliance</i> ?	109
Funcionamento da área de <i>compliance</i>	112
Fatores diferenciais na implantação do <i>compliance</i>	118
O <i>compliance</i> nas estatais	119
Melhoria do ambiente de negócios.....	120
O funcionamento do <i>compliance</i> : aplicação a um programa de integridade	121
Conclusão	126
Referências.....	126

CORRUPÇÃO, CULTURA E COMPLIANCE: O PAPEL DAS NORMAS JURÍDICAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE RESPEITO AO ORDENAMENTO

Ana Frazão, Angelo Gamba Prata de Carvalho	129
1 Introdução	129
2 Bases culturais da corrupção e cultura corporativa do <i>compliance</i>	131
3 A relação entre heterorregulação e autorregulação e os impactos do <i>compliance</i> anticorrupção.....	138
4 O <i>compliance</i> na legislação anticorrupção brasileira: desafios e perspectivas em sua implementação.....	140
5 Conclusão	146
Referências.....	148

PARTE II

PERSPECTIVAS E DESAFIOS DOS PROGRAMAS DE COMPLIANCE

COMPLIANCE SOB A PERSPECTIVA DO GOVERNO: UMA VISÃO SOBRE A ESTRUTURA DA CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E SUA ATUAÇÃO NO TRABALHO PREVENTIVO E COMBATE À CORRUPÇÃO

Anderson Pomini	153
Introdução	153
1 <i>Compliance</i> × corrupção: mundos diferentes em um mesmo ambiente.....	154
2 <i>Compliance</i> no âmbito da Administração Pública.....	156
3 A Controladoria-Geral do Município de São Paulo e a integridade da Administração Pública.....	158
4 O <i>compliance</i> promovido pela CGM	159
Considerações finais.....	164
Referências.....	165

COMPLIANCE SOB A PERSPECTIVA DA CRIMINOLOGIA ECONÔMICA

Eduardo Saad-Diniz	167
1 Introdução	167
2 Algumas lições do pensamento criminológico.....	169
3 Dos <i>street crimes</i> aos <i>white-collar crimes</i> e dos <i>white-collar crimes</i> aos <i>corporate crimes</i>	174
4 Pesquisa criminológica comparada e controle social formal das organizações	179
5 <i>Enforcement</i> e <i>compliance</i>	185
6 A título de conclusão	190

COMPLIANCE SOB A PERSPECTIVA DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA E DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Caroline Pinheiro	193
1 Introdução	193
2 Interesse social: uma reflexão permanente.....	194

3	<i>Compliance</i> : finalidades, sentidos e uma breve abordagem sobre as teorias aplicáveis.....	196
4	Direito e poder: uma visão crítica do <i>compliance</i> e do objeto do direito societário.....	201
5	Considerações finais.....	215
	Referências.....	217

DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE COMPLIANCE NO BRASIL

Fabio Selhorst, Fábila Dupont, Maria Ticianara Araújo	219
1 Dos programas de <i>compliance</i> e dos mecanismos de integridade	219
2 Cultura organizacional e a elaboração dos programas de <i>compliance</i>	220
3 Da implementação dos programas de <i>compliance</i>	221
3.1 Do papel dos <i>compliance officers</i>	222
3.2 Senso de urgência	222
3.3 Coalisão de profissionais	223
3.4 Comunicação da mudança de visão, missão e valores	224
3.5 Criação de ganhos a curto prazo.....	225
3.6 Sustentar a mudança é essencial	225
4 Peculiaridades advindas da natureza das organizações	226
4.1 Empresas familiares	226
4.2 Empresas transnacionais.....	227
4.3 Empresas estatais.....	228
5 Conclusão	230

PROGRAMAS DE INTEGRIDADE E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS: UMA VISÃO PORTUGUESA NO CONTEXTO DA UNIÃO EUROPEIA

Domingos Soares Farinho	233
1 Introdução	233
1.1 O quadro legal de partida.....	233
1.2 Bom governo e cumprimento de regras.....	237
1.3 Os tópicos específicos da (boa) governança das empresas estatais	238
2 Programas de integridade e de governança	240
2.1 Preparação e revisão dos programas	240
2.2 Âmbito e conteúdo dos programas.....	241
2.2.1 Estratégia de bom governo	241
2.2.2 A estrutura do programa de integridade e governança.....	242
3 Especificidades dos programas das empresas estatais.....	248

DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE COMPLIANCE EM MULTINACIONAIS

Patrícia Godoy Oliveira	251
1 Introdução	251
2 Definição e escopo de <i>compliance</i> para a sua empresa	253
3 Definição dos principais riscos corporativos	256
4 Políticas globais de <i>compliance</i>	260
5 Processo decisório individual dos colaboradores.....	261
6 Procedimentos para cumprimento local das políticas globais..	268
7 Conclusão	270
Referências.....	272

QUEM PRECISA DE PROGRAMAS DE INTEGRIDADE (COMPLIANCE)?

Thiago Marrara	275
Introdução: a necessidade de ampliação do debate	275
1 <i>Compliance</i> e a realidade empresarial brasileira	277
2 <i>Compliance</i> , contratualização administrativa e terceiro setor	282
3 O papel do Estado: controle interno basta?.....	286
4 O que programas de integridade ensinam ao Estado?	290
5 Conclusão	292
Referências.....	294

LENIÊNCIA, COMPLIANCE E O PARADOXO DO OVO OU DA GALINHA: DO COMPLIANCE COMO INSTRUMENTO DE AUTORREGULAÇÃO EMPRESARIAL

Amanda Athayde, Ana Frazão	297
1 Introdução	297
2 Leniência como causa e <i>compliance</i> como consequência.....	298
3 <i>Compliance</i> como causa e leniência como consequência	303
4 <i>Compliance</i> como instrumento de autorregulação empresarial.	307
5 Conclusão	309

PARTE III
PRINCIPAIS TIPOS DE COMPLIANCE

COMPLIANCE ANTICORRUPÇÃO: ASPECTOS GERAIS

Fábio Medina Osório	317
1 Breve histórico e conceito de corrupção.....	317
2 O Brasil e o microsistema jurídico de combate à corrupção....	321
3 O sistema jurídico de responsabilidade objetiva de empresas pela prática de atos corruptos.....	326
4 Os destinatários da norma e a atenuação, exclusão de responsabilidade. O <i>compliance</i> anticorrupção, programa de integridade ético-corporativa.....	329
4.1 Tipicidade das condutas na lei anticorrupção empresarial brasileira.....	332
4.2 Tipicidade da conduta da empresa por organização defeituosa: o <i>compliance</i> inefetivo.....	336
4.3 <i>Compliance</i> anticorrupção como elemento de exclusão da tipicidade da conduta ilícita da empresa	339
5 A integração entre as normas nacionais e internacionais no combate à corrupção	340
Referências	357

PROGRAMAS DE COMPLIANCE – DESAFIOS DA MULTIPLICIDADE INSTITUCIONAL PARA O SETOR PRIVADO

Vinicius Marques de Carvalho, Marcela Mattiuzzo, Bruno Silva e Souza	361
1 Introdução	361
2 A relevância do <i>compliance</i> no contexto empresarial atual	362
3 A multiplicidade institucional.....	365
3.1 Multiplicidade no Brasil.....	367
3.1.1 Defesa da concorrência	373
3.1.2 Combate à corrupção.....	374
3.1.3 Mercado financeiro e valores mobiliários.....	375
3.2 <i>Compliance</i> e multiplicidade institucional – Os desafios	375
4 Conclusão	379

ALGUMAS LINHAS SOBRE COMPLIANCE CRIMINAL

Pierpaolo Cruz Bottini, Beatriz Dias Rizzo, Marcela Rocha	381
1 Introdução	381
2 O porquê do <i>compliance</i>	384
3 <i>Compliance</i> e reputação	385
4 Características do <i>compliance</i>	388
5 Marco legal	389
6 Tendências jurisprudenciais.....	390
7 Conclusão	395
Referências.....	395

O COMPLIANCE E A COOPERAÇÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Magno Federici Gomes, Warley Ribeiro Oliveira	399
Introdução	399
1 A sociedade de risco.....	400
2 Do objetivo do desenvolvimento sustentável.....	402
3 O Direito Administrativo holandês: análise do princípio da cooperação.....	405
4 O licenciamento ambiental.....	407
5 A corrupção no Brasil	411
Considerações finais.....	415
Referências.....	416

COMPLIANCE TRABALHISTA	
Luís Carlos Moro	421
1	Introdução 421
2	Origens 422
3	A legislação brasileira 429
4	O <i>compliance</i> em sua dimensão punitiva 431
5	O <i>compliance</i> em sua dimensão preventiva 432
6	A abertura de novas possibilidades 434
7	Conclusão 435
COMPLIANCE, GOVERNANÇA E REGULAÇÃO	
Márcio Iorio Aranha	437
1	Introdução 437
2	Governança empresarial, governo regulatório e governança regulatória 437
3	<i>Compliance</i> regulatório 439
4	Direito e <i>compliance</i> social 441
5	<i>Compliance</i> regulatório e coerção intrínseca e extrínseca 446
6	Estratégias regulatórias e <i>compliance</i> regulatório 447
7	Conclusão 448
	Referências 449
COMPLIANCE BANCÁRIO	
Isaac Sidney	453
1	Introdução: o conceito de <i>compliance</i> 453
1.1	Adaptações na história recente 454
1.2	Atualidade do tema 455
2	<i>Compliance</i> no SFN: a perspectiva do BC 456
2.1	Regulação financeira e de <i>compliance</i> 456
2.1.1	A transição histórica 457
2.1.2	Uma regulação concertada 458
2.1.3	O BC e sua regulação 459
2.2	BC e Supervisão do SFN: visão geral e objetivos 462
2.2.1	Supervisão baseada em riscos 463
2.2.2	Supervisão de conduta 464
2.3	Estrutura e cultura de <i>compliance</i> : adesão e conformidade 465
3	<i>Compliance</i> no Banco Central 467
3.1	Contexto histórico e arcabouço jurídico: papel do Estado e gestão pública em nova era 467
3.2	Adaptações no BC: estrutura (áreas, unidades, comitês) e cultura institucional 469
4	Conclusão 471
UM NOVO COMPLIANCE NO SETOR DE SAÚDE SUPLEMENTAR PARA SOLUÇÃO DE UM VELHO PROBLEMA: AS FRAUDES EM ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPME)	
Fabiano Catran, Danilo Leme Crespo	475
1	Considerações iniciais 475
2	A mercantilização da Medicina: uma ameaça ao setor de saúde 478
3	O crime organizado: a máfia das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) 481
4	O <i>compliance</i> no setor de saúde suplementar 484
4.1	A sociedade do risco: uma reflexão necessária 484
4.2	O <i>compliance</i> como boa prática de governança corporativa e controles internos 486
4.3	O <i>compliance</i> no setor da saúde suplementar: o combate às fraudes em Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) 489
5	Conclusão 494
	Referências 496
EM DEFESA DO CROSS-COMPLIANCE NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO	
Antônio Augusto de Souza Coelho	499
1	Introdução 499
2	O <i>cross-compliance</i> no agronegócio: experiência europeia 501
3	<i>Cross-compliance</i> no agronegócio: a experiência norte-americana 505

4	<i>Cross-compliance</i> no agronegócio brasileiro.....	509
4.1	O programa de integridade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.....	509
4.2	Em defesa do <i>cross-compliance</i> do agronegócio no Brasil: críticas e sugestões.....	513
5	Conclusão	517
	Referências.....	519
	SOBRE OS AUTORES.....	523